

STJ00079562

FERNANDO CAPEZ DE JUSTIÇA

Promotor de Justiça. Bacharel em Direito pela USP. Mestre em Direito pela USP. Doutorando em Direito pela PUCSP. Professor no Complexo Jurídico Damásio de Jesus e da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Professor convidado em diversas instituições de ensino. Palestrante nacional e internacional.



*Curso de*  
**PROCESSO  
PENAL**

16ª edição

2009

 **Editora  
Saraiva**

# ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i> .....	VII
<i>Abreviaturas</i> .....	IX
<i>Prefácio</i> .....	XI
<i>Nota do Autor à décima edição</i> .....	XV
<b>1. Introdução</b> .....	1
1.1. Conceito de processo penal .....	1
1.2. O processo penal e o direito de punir .....	1
1.3. Conteúdo do processo penal .....	2
<b>2. Jurisdição</b> .....	5
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio .....	5
2.2. Autotutela .....	6
2.3. Autocomposição .....	7
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo .....	7
2.5. Características da jurisdição .....	8
2.5.1. Substitutividade .....	8
2.5.2. Escopo de atuação do direito .....	9
2.5.3. Inércia .....	9
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade) .....	10
2.5.5. Lide .....	10
2.6. Princípios próprios da jurisdição .....	10
2.6.1. Investidura .....	10
2.6.2. Indelegabilidade .....	10
2.6.3. Inevitabilidade .....	11
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional) .....	11
2.6.5. Juiz natural .....	11
2.7. Finalidades da jurisdição .....	12
2.8. Espécies de jurisdição .....	12
2.9. Jurisdição necessária .....	12
<b>3. Processo</b> .....	14
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual .....	14
3.2. Elementos identificadores da relação processual .....	15
3.2.1. Sujeitos processuais .....	15

3.2.2. Objeto da relação processual.....	16
3.2.3. Pressupostos processuais.....	16
3.3. Formas do procedimento.....	17
3.4. Princípios gerais informadores do processo.....	20
3.4.1. Imparcialidade do juiz.....	20
3.4.2. Igualdade processual.....	20
3.4.3. Contraditório.....	20
3.4.4. Ampla defesa.....	21
3.4.5. Da ação ou demanda.....	22
3.4.6. Da disponibilidade e da indisponibilidade.....	23
3.4.7. Oficialidade.....	24
3.4.8. Oficiosidade.....	24
3.4.9. Da verdade formal ou dispositivo.....	24
3.4.10. Da verdade material ou da livre investigação das provas.....	24
3.4.11. Do impulso oficial.....	25
3.4.12. Da persuasão racional do juiz.....	25
3.4.13. Da motivação das decisões judiciais.....	25
3.4.14. Publicidade.....	26
3.4.15. Lealdade processual.....	27
3.4.16. Economia processual.....	27
3.4.17. Celeridade processual.....	27
3.4.18. Duplo grau de jurisdição.....	29
3.4.19. Juiz natural.....	29
3.4.20. Promotor natural.....	30
3.5. Pretensão punitiva.....	30
3.6. Princípios informadores do processo penal.....	31
3.6.1. Verdade real.....	31
3.6.2. Legalidade.....	33
3.6.3. Oficialidade.....	34
3.6.4. Oficiosidade.....	34
3.6.5. Autoritariedade.....	34
3.6.6. Indisponibilidade.....	34
3.6.7. Publicidade.....	34
3.6.8. Contraditório.....	35
3.6.9. Iniciativa das partes (“ne procedat iudex ex officio”).....	36
3.6.10. “Ne eat iudex ultra petita partium”.....	36
3.6.11. Identidade física do juiz.....	37
3.6.12. Devido processo legal.....	37
3.6.13. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	38
3.6.14. Estado de inocência.....	39
3.6.15. “Favor rei”.....	39

3.6.16. Brevidade processual.....	40
3.6.17. Promotor natural.....	40
3.7. Tipos de processo penal.....	40
3.7.1. Acusatório.....	40
3.7.2. Inquisitivo.....	41
3.7.3. Misto.....	41
Jurisprudência.....	41
<b>4. Eficácia da lei processual penal no tempo.....</b>	<b>45</b>
Jurisprudência.....	49
<b>5. Eficácia da lei processual penal no espaço.....</b>	<b>50</b>
<b>6. Imunidades.....</b>	<b>52</b>
6.1. Imunidades diplomáticas.....	52
6.2. Imunidades parlamentares.....	52
6.3. Imunidade material.....	53
6.4. Imunidade processual.....	54
6.5. Imunidade prisional.....	56
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função.....	57
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades.....	58
6.8. Imunidade para servir como testemunha.....	59
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio.....	59
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001.....	59
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República.....	60
<b>7. Interpretação da lei processual penal.....</b>	<b>61</b>
7.1. Conceito.....	61
7.2. Espécies.....	61
7.3. Interpretação da norma processual.....	62
7.4. Formas de procedimento interpretativo.....	62
<b>8. Analogia.....</b>	<b>63</b>
8.1. Conceito.....	63
8.2. Fundamento.....	63
8.3. Natureza jurídica.....	63
8.4. Distinção.....	63
8.5. Espécies.....	64
8.6. Norma processual.....	64
<b>9. Fontes do direito processual penal.....</b>	<b>65</b>
9.1. Conceito.....	65
9.2. Espécies.....	65

9.3. Fonte de produção .....	65	10.16. Indiciamento.....	90
9.4. Fonte formal .....	65	10.17. Indiciado menor .....	93
9.5. Costume .....	66	Jurisprudência .....	95
9.6. Princípios gerais do direito .....	66	10.18. Encerramento .....	96
9.7. Lei processual .....	66	10.19. Prazo.....	97
<b>10. Inquérito policial .....</b>	<b>67</b>	10.20. Prazos especiais.....	99
10.1. Conceito.....	67	10.21. Contagem do prazo .....	99
10.2. Polícia judiciária.....	67	Jurisprudência .....	100
10.3. Competência e atribuição .....	68	10.22. Arquivamento .....	100
Jurisprudência .....	70	10.23. Investigações criminais presididas diretamente pelo represen- tante do Ministério Público .....	102
10.4. Finalidade .....	70	Jurisprudência .....	106
10.5. Inquéritos extrapoliciais .....	71	<b>11. Ação penal .....</b>	<b>110</b>
Jurisprudência .....	72	11.1. Conceito.....	110
10.6. Características.....	73	11.2. Características.....	110
10.6.1. Procedimento escrito.....	73	11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro.....	110
10.6.2. Sigiloso.....	73	11.4. As condições da ação penal.....	112
10.6.3. Oficialidade .....	74	11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	112
10.6.4. Oficiosidade .....	74	11.4.2. Interesse de agir.....	113
10.6.5. Autoritariedade.....	74	11.4.3. Legitimação para agir.....	113
10.6.6. Indisponibilidade.....	74	11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios .....	114
10.6.7. Inquisitivo .....	74	11.5.1. Titularidade.....	114
Jurisprudência .....	75	11.5.2. Princípio da obrigatoriedade .....	115
10.7. Valor probatório.....	75	11.5.3. Princípio da indisponibilidade.....	116
Jurisprudência .....	76	11.5.4. Princípio da oficialidade.....	117
10.8. Vícios.....	76	11.5.5. Princípio da autoritariedade .....	117
Jurisprudência .....	77	11.5.6. Princípio da oficiosidade .....	117
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95).....	77	11.5.7. Princípio da indivisibilidade.....	117
10.10. Dispensabilidade .....	77	11.5.8. Princípio da intranscendência.....	118
Jurisprudência .....	78	11.5.9. Princípio da suficiência da ação penal.....	119
10.11. Incomunicabilidade .....	78	11.6. Ação penal pública condicionada.....	120
10.12. “Notitia criminis” .....	79	11.6.1. Conceito .....	120
10.13. Início do inquérito policial.....	80	11.6.2. Ação penal pública condicionada à representação.....	120
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º).....	80	11.6.3. Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal.....	120
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º).....	81	11.6.4. Natureza jurídica da representação.....	121
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º).....	83	11.6.5. Titular do direito de representação .....	122
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial.....	83	11.6.6. Prazo.....	123
Jurisprudência .....	84	11.6.7. Forma.....	125
10.15. Providências .....	85	11.6.8. Destinatário .....	126

11.6.9. Irretratibilidade .....	127
11.6.10. Não-vinculação.....	128
11.6.11. Ação penal pública condicionada à requisição do ministro da justiça.....	128
11.6.12. Observação quanto ao crime contra os costumes.....	129
11.6.13. Observação quanto ao crime de violência doméstica e familiar contra a mulher — Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006.....	131
Jurisprudência .....	132
11.7. Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios.....	136
11.7.1. Conceito .....	136
11.7.2. Fundamento.....	136
11.7.3. Titular.....	136
11.7.4. Princípio da oportunidade ou conveniência .....	138
11.7.5. Princípio da disponibilidade.....	138
11.7.6. Princípio da indivisibilidade .....	138
11.7.7. Princípio da intranscendência .....	139
11.8. Ação penal privada: espécies.....	139
11.8.1. Exclusivamente privada, ou propriamente dita .....	139
11.8.2. Ação privada personalíssima.....	139
11.8.3. Subsidiária da pública .....	140
11.8.4. Ação penal secundária .....	141
11.9. Crimes de ação penal privada no Código Penal .....	141
11.10. Prazo da ação penal privada .....	142
11.11. Distinção entre prazo penal e prazo processual .....	145
Jurisprudência .....	146
11.12. Taxa judiciária na ação penal privada .....	147
<b>12. Denúncia e queixa .....</b>	<b>148</b>
12.1. Conceito.....	148
12.2. Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal .....	148
Jurisprudência .....	153
12.3. Omissões.....	155
12.4. Prazo para a denúncia (CPP, art. 46) .....	155
12.5. Prazo para a queixa (CPP, art. 38).....	156
12.6. Aditamento da queixa.....	156
12.7. Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP.....	157
12.7.1. Inépcia da denúncia ou queixa.....	157
12.7.2. Ausência de pressuposto processual .....	158
12.7.3. Ausência de condição para o exercício da ação penal .....	158
12.7.4. Ausência de justa causa para o exercício da ação penal .....	160

12.8. Fundamentação no recebimento.....	160
12.9. Recurso.....	161
12.10. Absolvição sumária.....	162
12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida.....	162
Jurisprudência .....	163
<b>13. Ação civil “ex delicto” .....</b>	<b>166</b>
<b>14. Sujeitos processuais .....</b>	<b>172</b>
14.1. Juiz penal.....	173
14.2. Prerrogativas e vedações.....	174
14.3. Ministério Público .....	176
14.4. Prerrogativas e vedações.....	177
14.5. Princípios — art. 127, § 1º, da Constituição Federal .....	178
14.5.1. Unidade e indivisibilidade.....	178
14.5.2. Independência .....	178
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, CF/88).....	179
14.6. Querelante.....	179
14.7. Acusado .....	179
14.8. Identificação .....	180
14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia.....	181
14.10. Outras garantias fundamentais .....	184
14.11. Defensor .....	185
14.12. Defensor constituído .....	187
14.13. Defensor dativo .....	188
14.14. Curador .....	190
14.15. Assistente .....	191
14.16. Ministério Público e ação penal privada .....	191
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica .....	195
14.18. Admissão .....	197
14.19. Atividades do assistente .....	198
14.20. Prazo para interpor recurso .....	203
Jurisprudência .....	204
<b>15. Competência .....</b>	<b>206</b>
15.1. Conceito de jurisdição .....	206
15.2. Origem etimológica da palavra jurisdição.....	206
15.3. Princípios da jurisdição .....	207
15.4. Características da jurisdição.....	207
15.5. Competência.....	207

15.6. Conceito de competência.....	208
15.7. Espécies de competência.....	208
15.8. Como saber qual o juízo competente?.....	209
15.9. Outros critérios para se saber qual o juiz competente.....	226
15.10. Diferença entre competência material e competência funcional.....	227
15.11. Competência absoluta e relativa.....	227
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária.....	228
15.13. Delegação de competência.....	228
15.14. Competência “ratione materiae” na Constituição Federal.....	229
15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais.....	229
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu.....	231
15.17. Competência pela natureza da infração.....	232
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do incidente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004).....	236
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar genocídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC n. 45/2004).....	237
15.18. Competência por distribuição.....	238
15.19. Competência por conexão.....	239
15.19.1. Espécies de conexão.....	239
15.20. Competência por continência.....	240
15.21. Foro prevalente.....	241
15.22. Separação de processos.....	242
15.23. Competência por prevenção.....	244
15.24. “Perpetuatio jurisdictionis”.....	244
Jurisprudência.....	245
<b>16. Prisão.....</b>	<b>251</b>
16.1. Conceito.....	251
16.2. Espécies de prisão.....	251
16.3. Mandado de prisão.....	255
16.4. Prisão em domicílio.....	256
16.5. Prisão em perseguição.....	257
16.6. Prisão fora do território do juiz.....	257
16.7. Custódia.....	257
16.8. Uso de algemas.....	257
16.9. Prisão especial.....	262
16.10. Prisão provisória domiciliar.....	263

16.11. Prisão em flagrante.....	263
16.11.1. Espécies de flagrante.....	264
16.11.2. Flagrante nas várias espécies de crimes.....	267
16.11.3. Sujeitos do flagrante.....	268
16.11.4. Auto de prisão em flagrante.....	270
16.11.5. Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policial.....	276
16.11.6. Prisão em flagrante por apresentação espontânea.....	277
16.12. Prisão preventiva.....	277
16.12.1. Conceito.....	277
16.12.2. Natureza.....	277
16.12.3. Presunção da inocência e prisão cautelar.....	278
16.12.4. Pressupostos para a prisão preventiva.....	279
16.12.5. Hipóteses em que pode ser decretada a prisão preventiva.....	279
16.12.6. Decretação da prisão preventiva.....	281
16.12.7. Fundamentação.....	282
16.12.8. Revogação.....	283
16.12.9. Apresentação espontânea.....	283
16.13. Prisão temporária.....	283
16.14. Liberdade provisória.....	286
16.14.1. Conceito.....	286
16.14.2. Espécies.....	286
16.14.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança.....	289
16.14.4. Competência para a concessão.....	290
16.14.5. Recurso.....	290
16.14.6. Liberdade provisória com fiança.....	290
Jurisprudência.....	292
<b>17. Prova.....</b>	<b>297</b>
17.1. Conceito e objetivo.....	297
17.2. Objeto.....	297
17.2.1. Fatos que independem de prova.....	298
17.2.2. Fatos que dependem de prova.....	299
17.2.3. Prova do direito.....	299
17.3. Prova proibida.....	299
17.3.1. Conceito.....	299
17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (“fruits of the poisonous tree”). Princípio da proporcionalidade.....	301
17.3.3. Provas ilícitas e a Lei n. 11.690/2008.....	308

17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica .....	310
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas .....	311
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96 .....	320
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal .....	327
17.4. Classificação das provas .....	330
17.5. Meios de prova .....	331
17.6. Ônus da prova .....	332
17.6.1. Procedimento probatório .....	334
17.6.2. Prova emprestada .....	335
17.6.3. O alibi .....	335
17.7. Sistemas de apreciação .....	336
17.8. Princípios gerais das provas .....	337
17.9. A providência cautelar da busca e apreensão .....	338
17.9.1. Natureza jurídica .....	338
17.9.2. Objeto .....	338
17.9.3. Busca em repartição pública .....	339
17.9.4. Busca domiciliar .....	339
17.9.4.1. Restrição .....	341
17.9.4.2. Horário .....	341
17.9.4.3. Requisitos .....	341
17.9.5. Busca pessoal .....	341
17.9.5.1. Requisitos .....	341
17.9.5.2. Restrições .....	341
17.9.6. Da apreensão .....	342
17.10. Das perícias .....	342
17.10.1. Conceito .....	342
17.10.1.1. Natureza jurídica .....	342
17.10.1.2. Requisitos .....	342
17.10.1.3. Determinação das perícias .....	343
17.10.1.4. Espécies de perícias .....	343
17.10.1.5. Do procedimento da perícia .....	344
17.10.1.6. Laudo pericial .....	345
17.10.2. Do exame de corpo de delito .....	346
17.10.2.1. Conceito .....	346
17.10.2.2. Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito .....	346
17.10.2.3. Distinção entre exame de corpo de delito	

direto e indireto .....	346
17.10.2.4. Indispensabilidade do exame de corpo de delito .....	346
17.10.2.5. Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa vestígio .....	346
17.10.2.6. Espécies .....	347
17.10.3. Perito .....	347
17.10.3.1. Conceito .....	347
17.10.3.2. Espécies .....	348
17.10.3.3. Impedimentos .....	348
17.10.4. Perícia psiquiátrica .....	348
17.10.5. Questões polêmicas .....	349
17.11. Interrogatório .....	350
17.11.1. Conceito .....	350
17.11.2. Natureza .....	350
17.11.3. Alterações promovidas pela Lei n. 11.719/2008 .....	353
17.11.4. Características .....	354
17.11.5. Ausência de interrogatório no curso da ação .....	357
17.11.6. Provimento CXCI (1984) do Conselho Superior da Magistratura de São Paulo e o princípio da identidade física do juiz .....	357
17.11.7. Interrogatório por videoconferência .....	360
17.11.8. Silêncio e mentira do réu .....	361
17.11.9. Espécies de interrogatório .....	362
17.11.10. Revel .....	362
17.11.11. O conteúdo do interrogatório .....	363
17.11.12. Interrogatório do réu menor .....	364
17.12. Confissão. Conceito. Fatores determinantes .....	365
17.12.1. Espécies de confissão .....	365
17.12.2. Valor probante da confissão .....	366
17.12.3. Características da confissão (CPP, art. 200) .....	367
17.12.4. Confissão ficta .....	367
17.12.5. Delação .....	367
Jurisprudência .....	367
17.13. Prova testemunhal ou testemunha .....	369
17.13.1. Conceito .....	369
17.13.2. Características da prova testemunhal .....	369
17.13.3. Características das testemunhas .....	371
17.13.4. Dispensas e proibições .....	371
17.13.5. Testemunha suspeita. Conceito e distinções .....	372
17.12.6. Causas de suspeição .....	372

17.13.7. Contradita .....	373
17.13.8. Número de testemunhas.....	373
17.13.9. Classificação das testemunhas .....	374
17.13.10. Deveres da testemunha .....	374
17.13.11. Procedimento .....	375
17.13.12. Termo .....	377
17.13.13. Sistema de exame judicial.....	377
17.13.14. Depoimento infantil .....	378
17.13.15. Testemunho de policiais.....	378
17.13.16. Incomunicabilidade.....	379
17.13.17. Falso testemunho (art. 342 do CP).....	379
17.13.18. Lugar do depoimento .....	380
17.13.19. Precatórias .....	380
17.13.20. Militares e funcionários .....	382
17.13.21. Ofendido .....	382
17.13.22. Questões polêmicas.....	384
17.14. Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228).....	385
17.14.1. Definição e elementos.....	385
17.14.2. Natureza jurídica.....	386
17.14.3. Reconhecimento de pessoas .....	386
17.14.4. Reconhecimento de coisas.....	387
17.15. Acareação. Pressupostos.....	387
17.16. Documentos .....	388
17.16.1. Conceito legal .....	388
17.16.2. Função do documento.....	389
17.16.3. Produção .....	389
17.16.4. Limitação da produção de prova documental .....	389
17.16.5. Autor do documento .....	389
17.16.6. Meio de formação do documento .....	390
17.16.7. Conteúdo do documento.....	390
17.16.8. Autenticidade.....	391
17.16.9. Classificação geral dos documentos .....	391
17.16.10. Documento e instrumento .....	392
17.16.11. Instrumento público. Classificação. Eficácia.....	393
17.16.12. Instrumento particular .....	394
17.16.13. Força probante dos documentos particulares assinados.	394
17.16.13.1. Da autenticidade dos documentos particulares e seus efeitos .....	395
17.16.13.2. Prova da data dos documentos particulares .....	395

17.16.14. Força probante do telegrama, radiograma e outros meios de transmissão.....	395
17.16.15. Força probante das reproduções mecânicas .....	396
17.16.16. Força probante dos documentos não assinados.....	396
17.16.17. Originais e cópias .....	396
17.16.18. Admissão de documento .....	397
17.16.19. Desentranhamento de documentos .....	398
17.16.20. Vícios dos documentos.....	398
17.16.21. Falsidade e incidente .....	399
17.17. Indícios e presunções .....	399
17.17.1. Definições .....	399
17.17.2. Natureza jurídica.....	400
17.17.3. Valor probante.....	400
17.18. Prova de fora da terra.....	401
17.19. Prova antecipada .....	401
17.20. Prova emprestada .....	401
17.21. Delação. Definição, natureza e valor .....	402
Jurisprudência .....	403
<b>18. Das questões e processos incidentes .....</b>	<b>406</b>
18.1. Compreensão do tema .....	406
18.1.1. Definição de prejudicialidade .....	407
18.1.2. Elementos essenciais da prejudicialidade .....	407
18.1.3. Classificação.....	407
18.1.4. Sistemas de solução .....	409
18.1.5. Prejudicial e prescrição .....	410
18.1.6. Efeito.....	410
18.1.7. Recurso contra despacho que suspende a ação .....	410
18.1.8. Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar .....	411
18.2. As exceções .....	411
18.2.1. Conceito .....	411
18.2.2. Compreensão do tema .....	411
18.2.3. Espécies.....	412
18.2.4. Classificação tradicional .....	412
18.2.5. Suspeição .....	412
18.2.5.1. Processamento .....	414
18.2.5.2. Requisitos da exceção .....	414
18.2.5.3. Procedimento perante o juiz suspeito .....	415
18.2.5.4. Procedimento perante o tribunal.....	415
18.2.5.5. Contra quem pode ser alegada a suspeição?.....	416



18.2.5.6. Cabe exceção de suspeição contra autoridades policiais?.....	416
18.2.5.7. Efeitos da suspeição.....	416
18.2.5.8. Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição?.....	417
18.2.6. Incompetência de juízo. Procedimento.....	417
18.2.7. Litispendência.....	418
18.2.7.1. Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispendência.....	419
18.2.7.2. Recursos.....	419
18.2.8. Ilegitimidade de parte.....	419
18.2.8.1. Ilegitimidade “ad processum” ou “ad causam” ...	420
18.2.8.2. Efeitos do reconhecimento.....	420
18.2.8.3. Recursos.....	420
18.2.8.4. Procedimento.....	420
18.2.9. Coisa julgada.....	420
18.2.9.1. Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material.....	421
18.2.9.2. História.....	421
18.2.9.3. Teorias.....	422
18.2.9.4. Função.....	424
18.2.9.5. Natureza jurídica.....	424
18.2.9.6. Cabimento da exceção de coisa julgada.....	424
18.2.9.7. Rito.....	425
18.2.9.8. Fases.....	425
18.2.9.9. A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes.....	425
18.2.10. Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares...	426
18.2.11. Conflito de jurisdição.....	426
18.2.11.1. Conceito e espécies.....	426
18.2.11.2. Conflito de atribuições.....	427
18.2.11.3. Processamento.....	427
18.2.11.4. Competência para julgar.....	428
Jurisprudência.....	428
18.2.12. Restituição de coisas apreendidas.....	432
18.2.12.1. Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento.....	433
18.2.12.2. Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime.....	433
18.2.12.3. Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP.....	434
18.2.12.4. Produtos diretos e indiretos do crime.....	435

18.2.12.5. Restituição feita pela autoridade policial.....	436
18.2.12.6. Restituição feita pelo juiz criminal.....	436
18.2.12.7. Direito de terceiro de boa-fé.....	437
18.2.12.8. Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	437
18.2.12.9. Coisas adquiridas com os proventos do crime.....	438
18.2.12.10. Destino dos objetos apreendidos.....	439
18.2.12.11. Coisas apreendidas em face de descaminho ou contrabando.....	440
18.2.12.12. E quando o instrumento do crime for arma de fogo?.....	440
18.2.12.13. Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006).....	442
18.2.13. Medidas assecuratórias.....	446
18.2.13.1. Considerações iniciais.....	446
18.2.13.1.1. O papel da vítima.....	446
18.2.13.1.2. O processo reparatório.....	447
18.2.13.2. Medidas assecuratórias.....	448
18.2.13.2.1. O seqüestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP.....	448
18.2.13.2.2. Requisitos para o seqüestro.....	449
18.2.13.2.3. Competência.....	449
18.2.13.2.4. Recurso.....	449
18.2.13.2.5. Procedimento.....	449
18.2.13.2.6. Embargos ao seqüestro.....	449
18.2.13.2.7. Competência para julgar os embargos.....	450
18.2.13.2.8. Levantamento do seqüestro.....	450
18.2.13.2.9. Leilão e depósito.....	450
18.2.13.3. Hipoteca legal.....	451
18.2.13.3.1. Classificação.....	451
18.2.13.3.2. Oportunidade.....	452
18.2.13.3.3. Pressupostos.....	452
18.2.13.3.4. Finalidades.....	452
18.2.13.3.5. Liquidação.....	452
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP.....	453
18.2.13.4.1. Oportunidade.....	453
18.2.13.4.2. Pressupostos.....	453
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal.....	454
18.2.14. Incidente de falsidade.....	455
18.2.14.1. Processamento.....	455
18.2.14.2. Efeitos.....	455

18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Procedimento .....	456
Jurisprudência .....	457
<b>19. Sentença</b> .....	459
19.1. Breve histórico .....	459
19.2. Natureza jurídica .....	460
19.3. Classificação das decisões .....	460
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito .....	461
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito .....	461
19.4.2. Requisitos formais da sentença .....	462
19.4.3. Sentença suicida .....	463
19.4.4. Embargos declaratórios .....	463
19.4.4.1. Requisitos para a oposição dos embarginhos .....	463
19.4.5. Efeitos da sentença .....	464
19.4.6. Princípio da correlação .....	465
19.4.7. “Emendatio libelli” .....	465
19.4.8. “Mutatio libelli” .....	467
19.4.8.1. “Mutatio libelli” antes das modificações operadas pela Lei n. 11.719/2008 .....	467
19.4.8.2. “Mutatio libelli” após as modificações operadas pela Lei n. 11.719/2008 .....	468
19.5. Sentença absolutória .....	471
19.5.1. Efeitos da sentença absolutória .....	472
19.6. Sentença condenatória .....	472
19.6.1. Efeitos da sentença condenatória .....	473
19.6.2. Publicação .....	474
19.6.3. Inalterabilidade ou retificação da sentença .....	474
19.6.4. Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP) .....	474
19.6.5. Taxa judiciária .....	477
19.7. Crise da instância .....	477
Jurisprudência .....	477
<b>20. Dos processos em espécie</b> .....	480
20.1. Processo e procedimentos .....	480
20.1.1. Definição de processo .....	480
20.1.2. Sistemas processuais .....	480
20.1.3. Características do sistema acusatório .....	480
20.1.4. Pressupostos de existência da relação processual .....	481
20.1.5. Pressupostos de validade da relação processual .....	481
20.1.6. Distinção entre processo e procedimento .....	481

20.1.7. Da reformulação dos procedimentos operada pelas Leis n. 11.689/2008 e 11.719/2008 .....	481
20.1.7.1. Noções introdutórias .....	481
20.1.7.2. Procedimento comum. Âmbito de incidência .....	483
20.2. Da instrução criminal. Etimologia e conceito. Procedimento ordinário .....	486
20.2.1. Início da instrução .....	486
20.2.1.1. Defesa inicial e absolvição sumária .....	486
20.2.2. Audiência de instrução e julgamento .....	491
20.3. Procedimento sumário .....	497
20.3.1. Introdução .....	497
20.3.1.1. Procedimento judicialiforme foi revogado .....	498
20.3.1.2. Procedimento “ex officio” instaurados antes da Constituição Federal de 1988 .....	498
20.3.1.3. Rito procedimental .....	498
20.4. Da citação .....	502
20.4.1. Conceito .....	502
20.4.2. Quem determina a citação .....	503
20.4.3. Falta de citação .....	503
20.4.4. Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação .....	504
20.4.5. Efeitos da citação válida .....	504
20.4.6. Conseqüências do não-atendimento à citação .....	505
20.4.7. Classificação .....	505
20.4.8. Da citação por mandado .....	506
20.4.8.1. Requisitos intrínsecos da citação por mandado .....	506
20.4.8.2. Requisitos extrínsecos da citação por mandado .....	507
20.4.8.3. Dia e hora da citação .....	507
20.4.9. Citação por carta precatória .....	508
20.4.9.1. Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória .....	508
20.4.9.2. Caráter itinerante da carta precatória .....	508
20.4.9.3. Interrogatório por carta precatória .....	509
20.4.10. Citação do militar .....	509
20.4.11. Citação do preso .....	509
20.4.12. Citação do funcionário público .....	510
20.4.13. Réu no estrangeiro .....	510
20.4.14. Citação por carta de ordem .....	511
20.4.15. Citação por edital .....	511

20.4.15.1. Pressuposto da citação por edital .....	511
20.4.15.2. Hipóteses legais de citação por edital .....	512
20.4.15.3. Prazo do edital.....	514
20.4.15.4. Requisitos da citação por edital.....	515
20.4.15.5. Formalidades extrínsecas à citação por edital ...	515
20.4.16. “Citação circundata” .....	516
20.4.17. Inovações introduzidas pela Lei n. 9.271/96.....	516
20.4.17.1. Entrada em vigor da Lei n. 9.271/96.....	517
20.4.17.2. Principais questões decorrentes da nova Lei...	517
20.5. Intimação .....	521
20.5.1. Definição .....	521
20.5.2. Distinção entre intimação e notificação .....	521
20.5.3. Regra geral .....	521
20.5.4. Publicação .....	521
20.5.5. Regras especiais .....	522
Jurisprudência .....	525
20.6. Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001).....	530
20.6.1. Introdução .....	530
20.6.2. Âmbito de incidência: alteração do conceito de menor potencial ofensivo .....	532
20.6.3. Regras especiais .....	535
20.6.4. Procedimento sumaríssimo .....	542
20.6.4.1. Fase preliminar e transação penal.....	542
20.6.4.2. Fase processual .....	549
20.6.4.3. Suspensão condicional do processo.....	554
20.6.5. Questões finais .....	558
20.6.5.1. Suspensão condicional do processo.....	558
20.6.5.2. Representação do ofendido .....	559
20.6.5.3. Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo.....	560
20.6.5.4. Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal.....	560
20.6.5.5. Não-pagamento da pena de multa na transação penal.....	561
20.6.5.6. Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais ..	561
20.7. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal .....	565
20.7.1. Procedimento dos crimes falimentares .....	565
20.7.1.1. Inquérito judicial.....	565
20.7.1.2. Recebimento da denúncia. Motivação .....	566
20.7.1.3. Competência .....	566
20.7.1.4. Rito.....	566

20.7.1.5. Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial.....	566
20.7.1.6. Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal.....	567
20.7.1.7. Relatório.....	567
20.7.1.8. Ação penal .....	568
20.7.1.9. Efeitos da condenação .....	568
20.7.1.10. Prescrição.....	568
20.7.2. Procedimento dos crimes contra a honra .....	569
20.7.2.1. Introdução .....	569
20.7.2.2. Procedimento .....	570
20.7.2.3. Do pedido de explicações. Procedimento .....	573
20.7.3. Procedimento dos crimes funcionais .....	574
20.7.3.1. Introdução .....	574
20.7.3.2. Procedimento .....	574
20.7.4. Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial ..	575
20.7.4.1. Introdução .....	575
Jurisprudência .....	577
20.8. Procedimento de competência do Júri popular .....	579
20.8.1. Breve histórico .....	579
20.8.2. Organização do Júri .....	582
20.8.3. Soberania dos veredictos.....	584
20.8.4. Rito escalonado.....	584
20.8.4.1. “Judicium accusationis”.....	584
20.8.4.2. “Judicium causae” .....	593
20.8.4.2.1. Libelo: extinção pela Lei n. 11.689/2008 .....	593
20.8.4.2.2. Desaforamento .....	593
20.8.4.2.3. Instalação da sessão.....	595
20.8.4.2.4. Formação do conselho de sentença..	596
20.8.4.2.5. Atos instrutórios .....	598
20.8.4.2.6. Debates .....	599
20.8.4.2.7. Provas novas.....	600
20.8.4.2.8. Formulação dos quesitos .....	600
20.8.4.2.9. Votação .....	603
20.8.4.2.10. Sentença .....	603
20.8.4.2.11. Ata do julgamento .....	604
20.8.4.2.12. Atribuições do juiz presidente .....	604
20.8.5. Questões finais específicas sobre Júri .....	605
20.8.5.1. Exame de insanidade mental .....	605

20.8.5.2. Conferência da urna.....	605
20.8.5.3. Número mínimo de jurados.....	605
20.8.5.4. Momento de argüir as nulidades.....	605
20.8.5.5. Autor principal e partícipe.....	605
20.8.5.6. Incomunicabilidade entre jurados.....	605
20.8.5.7. Juiz togado que abandona plenário.....	606
20.8.5.8. Recusa ou aceitação de jurados.....	606
20.8.5.9. Compromisso dos jurados.....	606
20.8.5.10. Interrogatório. Nulidades.....	606
20.8.5.11. Cópias aos jurados.....	606
20.8.5.12. Testemunhas.....	606
20.8.5.13. Testemunhas. Pergunta direta.....	606
20.8.5.14. Acareação.....	607
20.8.5.15. Dispensa de testemunhas.....	608
20.8.5.16. Testemunhas residentes fora da comarca.....	608
20.8.5.17. Testemunha que não comparece.....	608
20.8.5.18. Depoimento pessoal.....	608
20.8.5.19. Debates.....	608
20.8.5.20. Réplica e tréplica.....	608
20.8.5.21. Apartes.....	609
20.8.5.22. Intervenção dos jurados.....	609
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha.....	609
20.8.5.24. Dissolução do conselho.....	609
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar.....	609
20.8.5.26. Leitura dos quesitos.....	610
20.8.5.27. Sala secreta.....	610
20.8.5.28. Contradição nas respostas.....	611
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri.....	611
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos.....	611
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento.....	612
20.8.5.32. Formulação de questões na antiga sistemática do Código de Processo Penal.....	612
20.9. Procedimento criminal dos crimes de drogas.....	614
20.9.1. Lei n. 11.343/2006.....	614
20.9.2. Procedimento esquemático.....	615
20.9.2.1. Na polícia.....	615
20.9.2.2. Em juízo.....	616
20.10. Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006).....	618
Jurisprudência.....	620

<b>21. Nulidades.....</b>	<b>624</b>
21.1. Quadro comparativo dos vícios processuais.....	627
21.2. Princípios básicos das nulidades.....	631
21.2.1. Princípio do prejuízo.....	631
21.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual.....	632
21.2.3. Princípio da causalidade ou da seqüencialidade.....	632
21.2.4. Princípio do interesse.....	633
21.2.5. Princípio da convalidação.....	633
21.2.6. Princípio da não-preclusão e do pronunciamento “ex officio”.....	634
21.3. Nulidades em espécie.....	635
21.4. Momento oportuno para a argüição das nulidades relativas.....	668
Jurisprudência.....	670
<b>22. Recursos.....</b>	<b>673</b>
22.1. Conceito. Origem.....	673
22.2. Fundamentos.....	674
22.3. Pressupostos processuais.....	675
22.3.1. Pressupostos objetivos.....	675
22.3.2. Pressupostos subjetivos.....	687
22.4. Interposição.....	690
22.5. Efeitos.....	693
22.6. Extinção.....	695
22.7. Apelação.....	695
22.7.1. Origem etimológica.....	695
22.7.2. Conceito.....	695
22.7.3. Características.....	696
22.7.4. Apelação plena e limitada.....	697
22.7.5. Legitimidade e interesse.....	699
22.7.6. Apelação subsidiária do apelo oficial.....	701
22.7.7. Prazo da apelação do assistente da acusação.....	701
22.7.8. Renúncia e desistência.....	702
22.7.9. Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular.....	703
22.7.10. Apelação das decisões do Júri.....	704
22.7.11. Prazo.....	707
22.7.12. Processamento.....	709
22.7.13. Liberdade provisória.....	711
22.7.14. Apelação sumária.....	711
22.7.15. Apelação ordinária.....	712

22.7.16. Deserção.....	712
22.7.17. Efeitos .....	712
22.7.18. “Reformatio in pejus” .....	712
22.7.19. “Reformatio in pejus” indireta .....	713
22.7.20. “Reformatio in mellius” .....	714
Jurisprudência .....	714
22.8. Recurso em sentido estrito .....	716
22.8.1. Conceito .....	716
22.8.2. Cabimento .....	716
22.8.3. Competência para o julgamento.....	730
22.8.4. Prazos .....	730
22.8.5. Processamento.....	730
22.8.6. Efeitos .....	731
Jurisprudência .....	732
22.9. Protesto por novo Júri.....	734
22.9.1. Conceito .....	734
22.9.2. Origem histórica.....	734
22.9.3. Fundamento e crítica.....	735
22.9.4. Características .....	735
22.9.5. Finalidade.....	735
22.9.6. Pressupostos .....	735
Jurisprudência .....	738
22.10. Carta testemunhável .....	738
22.10.1. Conceito .....	738
22.10.2. Origem histórica.....	738
22.10.3. Natureza jurídica.....	739
22.10.4. Procedimento .....	740
Jurisprudência .....	740
22.11. Correição parcial .....	741
22.11.1. Conceito .....	741
22.11.2. Natureza jurídica.....	741
22.11.3. Previsão legal .....	741
22.11.4. Legitimidade ativa.....	741
22.11.5. Objeto do recurso.....	742
22.11.6. Processamento.....	742
22.12. Embargos infringentes.....	743
22.12.1. Conceito .....	743
22.12.2. Prazo .....	743
22.12.3. Cabimento .....	743
22.12.4. Procedimento .....	744
Jurisprudência .....	745

22.13. Embargos declaratórios .....	746
22.13.1. Conceito .....	746
22.13.2. Natureza jurídica.....	746
22.13.3. Prazo .....	747
22.13.4. Pressupostos.....	747
22.13.5. Legitimidade .....	748
22.13.6. Embarguinhos .....	748
22.13.7. Efeito suspensivo .....	748
Jurisprudência .....	749
22.14. Revisão criminal.....	749
22.14.1. Conceito .....	749
22.14.2. Origem histórica.....	749
22.14.3. Natureza jurídica.....	750
22.14.4. Legitimidade .....	750
22.14.5. Prazo .....	751
22.14.6. Cabimento .....	752
22.14.7. Admissibilidade.....	753
22.14.8. Competência .....	753
22.14.9. Processamento.....	754
Jurisprudência .....	756
22.15. “Habeas corpus” .....	757
22.15.1. Origem histórica do “habeas corpus” no mundo .....	757
22.15.2. Origem do “habeas corpus” no Brasil.....	758
22.15.3. Conceito .....	760
22.15.4. Natureza jurídica.....	760
22.15.5. Espécies.....	760
22.15.6. Legitimidade ativa.....	760
22.15.7. Legitimidade passiva.....	761
22.15.8. Admissibilidade.....	761
22.15.9. Competência .....	764
22.15.10. Impetração.....	767
22.15.11. Processamento.....	767
22.15.12. Julgamento e efeitos.....	768
22.15.13. Recursos.....	768
Jurisprudência .....	769
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal .....	771
22.16.1. Conceito .....	771
22.16.2. Admissibilidade.....	771
22.16.3. Legitimidade ativa.....	772
22.16.4. Legitimidade passiva.....	773

22.16.5. Competência .....	774
22.16.6. Procedimento .....	774
Jurisprudência .....	776
22.17. Recurso extraordinário .....	778
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade.....	778
22.17.2. Condições de admissibilidade.....	780
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitu- cionais — EC n. 45/2004.....	784
22.17.3. Legitimidade .....	786
22.17.4. Interposição e processamento .....	786
22.17.4.1. Efeito suspensivo .....	789
22.17.5. Súmula vinculante.....	791
22.17.5.1. Jurisprudência e Súmula. Distinção.....	791
22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal.....	792
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante	792
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante.....	792
22.17.5.5. Publicação .....	792
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante .	793
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, revi- são e cancelamento da súmula vinculante.....	793
22.17.5.8. Procedimento.....	793
22.17.5.9. Reclamação .....	793
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004.....	794
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas .....	794
Jurisprudência .....	795
22.18. Recurso especial.....	797
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica.....	797
22.18.2. Condições de admissibilidade.....	798
22.18.3. Efeito suspensivo .....	801
22.18.4. Interposição e processamento .....	801
Jurisprudência .....	802
22.19. Recurso ordinário constitucional.....	804
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal.....	804
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça.....	804
22.19.3. Procedimento .....	804
<i>Súmulas do Superior Tribunal de Justiça .....</i>	807
<i>Súmulas do Supremo Tribunal Federal .....</i>	813